

ENTREVISTA 17.11.2019

ROBERTO JAGUARIBE

Embaixador do Brasil na Alemanha

Senhor Embaixador, o Sr. assumiu suas funções há quase um ano, quais foram os principais focos de seu trabalho?

A relação do Brasil com a Alemanha é muito rica e multifacetada. Nesses primeiros meses, meu objetivo central foi o de priorizar a dimensão comercial, em especial a busca de atração de investimentos da Alemanha para as concessões nas áreas de infra-estrutura e de energia. A Alemanha, há bem mais de cem anos, tem empresas atuando no Brasil e investe no Brasil. A relevância de seu investimento é particularmente grande no setor industrial, no qual muito contribuiu para a criação de uma indústria importante e diversificada. Ao longo dos últimos trinta anos, contudo, a Alemanha vem seguidamente perdendo posições relativas para outros investidores internacionais no Brasil, inclusive europeus, como Espanha, França, Reino Unido, Itália e Holanda. Há diversas e compreensíveis razões para tanto, particularmente o processo de reunificação na Alemanha e a evidente necessidade e atratividade de investimentos na Europa Oriental. Para o Embaixador do Brasil, interessa fortalecer as formas tradicionais de investimento e buscar novas formas de engajamento e presença alemã no Brasil.

A finalização do acordo Mercosul-União Europeia trouxe elementos adicionais de relevância para as relações econômicas e comerciais, que precisam ser valorizadas, como veremos adiante.

Por fim, o meio ambiente é um tema de grande relevância na pauta internacional, multilateral e bilateral e requer constante atenção, particularmente no contexto atual.

Evidentemente, não deixei de dar toda atenção a outros aspectos sempre relevantes do relacionamento, como a cooperação bilateral e multilateral, marcadas pela exitosa realização das Negociações Governamentais Bilaterais Brasil-Alemanha para a Cooperação agora em novembro, em Bonn.

Finalmente, acredito de fundamental relevância a expansão do intercâmbio cultural. Temos o privilégio de ter na Embaixada em Berlim, um espaço particularmente adequado para eventos dessa natureza. A DBG tem particular atenção a essa dimensão e temos tido iniciativas conjuntas nessa área.

Durante o seu mandato, foi fechado o acordo de associação entre a UE e o Mercosul. O acordo provocou bastante críticas tanto no Mercosul como na UE. Como o Sr. avalia o acordo?

Como é sabido, trata-se de um processo muito longo de negociação, que felizmente pudemos concluir neste ano. As dificuldades do processo de negociação revelam a complexidade, não apenas do acordo em si, mas do apoio político doméstico à sua conclusão e agora à sua ratificação. Os números evidenciam a dimensão do empreendimento: 780 milhões de habitantes, 64% na EU e 36% no Mercosul, Produto Nacional conjunto, em PPP, de 26,6 trilhões de dólares, 82,7% na EU e 17,3% no Mercosul. Essas cifras indicam o maior espaço econômico do mundo, maior inclusive do que o antigo NAFTA, com 490 milhões de habitantes e 24.8 de Produto Nacional conjunto. As dificuldades de negociação são reflexo das respectivas preocupações nacionais e regionais. Simplificando-as, os países do Mercosul, no-

Perguntas **PROT VON KUNOW**,
ex-Embaixador da Alemanha no Brasil

tadamente Brasil e Argentina, temiam o impacto negativo do Acordo nas suas respectivas indústrias e os europeus, particularmente França, Irlanda e agora Polônia, o impacto na agricultura. Dessa forma, nos países do Mercosul, a resistência ao acordo vinha do setor industrial e nos da Europa do setor agrícola. Ao longo dos anos, esse panorama evoluiu, mas não se alterou qualitativamente. O que permitiu a conclusão do acordo não foi a redução das resistências, mas a percepção dos benefícios sistêmicos de lado a lado. Alie-se a isso, o realismo e pragmatismo do Mercosul, particularmente do Brasil, de entender que a Europa jamais abrirá mão de seu grande e intrincado protecionismo na agricultura, onde muito escassas concessões foram efetuadas. Na minha leitura, apesar de sua grande relevância comercial, o acordo tem ainda mais valor na dimensão econômica mais ampla e nas dimensões política, cultural e social. Hoje, o acordo é bem recebido no Brasil e trabalhamos para acelerar seu processo de ratificação. Também na Alemanha, vejo muito interesse e empenho por parte dos setores produtivos, representados pela BDI e pela DIHK, e também por parte do Governo Federal. A preocupação com a competitividade da agricultura do Mercosul, contudo, continua, e gera resistências, exacerbadas pela percepção de que o acordo pode facilitar o desmatamento e o desrespeito ao meio-ambiente. Essa é alegação infundada e inconsequente, mas infelizmente com ressonância. Não obstante, acredito que um esforço conjunto dos países e setores favoráveis ao acordo pode superar esses obstáculos e o próprio Governo da Alemanha gostaria de vê-lo ratificado durante o período em que ocupará a presidência da União Europeia.

A política ambiental do Brasil tem provocado críticas tanto na Alemanha como em outros países da UE. Não se trata tanto de críticas à legislação ambiental brasileira, mas sim de críticas à sua eficaz implementação. Neste contexto surgiram dúvidas na Alemanha e na Europa.

O Meio Ambiente tornou-se ao longo dos últimos 30 anos objeto de crescente atenção global, não apenas por parte dos atores públicos e privados, tanto nacionais, como regionais, internacionais e multilaterais, mas também da própria população. Essa relevância continua a crescer e de forma ainda mais acelerada, em função, tanto da evidência da deterioração das condições naturais, em decorrência de crimes ou da negligência da ação humana, como em função dos meios de propagação exponencialmente mais velozes e abrangentes, como a mídia social. Nesse período, o Brasil também evoluiu muito, particularmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro. Não apenas,



as políticas públicas foram formatadas e houve também uma forte institucionalização, inclusive com a criação do Ministério do Meio Ambiente e a criação de diversas reservas naturais, mas também houve crescente conscientização da população. Nesse processo de conscientização, um passo de grande importância foi dado com a aprovação do Código Florestal brasileiro, o que permitiu a aproximação dos setores ambientalistas com o setor produtivo rural. O Código Florestal, legislação inovadora e renovadora, implantou o Cadastro Ambiental Rural, instrumento único no mundo para a facilitação tanto da gestão ambiental como agrária. O Brasil foi também instrumental para a aprovação do Acordo de Paris na COP 21 e a adoção das NDCs – Contribuições Nacionalmente Determinadas. Essas formam um arcabouço de compromissos nacionais visando a redução da emissão de gases de efeito-estufa, para combater a mudança climática. Segundo as Nações Unidas, o Brasil foi o país que mais contribuiu para a redução de emissão desses gases.

Apesar de muitas discussões a respeito, inclusive durante a última campanha presidencial, o Brasil reafirmou seu compromisso com o Acordo de Paris. Houve, contudo, e continua a haver muita especulação sobre a política ambiental do país. Embora o governo tenha efetuado mudanças administrativas de gestão, não houve mudança na legislação brasileira. Os compromissos se mantêm e em função do aumento nas queimadas na Amazônia, o governo montou uma operação específica, com a participação dos órgãos relevantes, sob a coordenação do Ministério da Defesa, de forma a melhor combater a criminalidade, principal razão das queimadas e do desmatamento ilegais. Também reiterou diversas vezes seu compromisso com o Acordo de Paris e o Brasil encontra-se hoje muito mais perto do cumprimento de suas NDCs do que a maioria dos países europeus.

Os alemães têm uma profunda relação emocional com a Floresta Amazônica. Esta floresta também desempenha um papel importante para a manutenção do clima, em primeira linha no Brasil, mas também em relação ao resto do mundo. Qual é a posição do governo brasileiro em relação à preservação desse tesouro?

A floresta é o ambiente original dos povos germânicos e é natural essa relação emotiva. A floresta Amazônica fala à imaginação de muitos, como evidencia seu próprio nome. Não se preserva, contudo, com base na relação emocional, como vemos inclusive na Europa. No Brasil, a preservação da cobertura vegetal nativa é de mais de 60%. O Brasil e os brasileiros valorizam esse legado e o governo tem um compromisso integral com o combate ao desmatamento ilegal. Na Amazônia, ademais das reservas ambientais, das reservas indígenas e das áreas de proteção ambiental – APAs, o Código Florestal determina que as propriedades privadas situadas no bioma Floresta Amazônica, são obrigadas a manter no mínimo 80% de sua área com a vegetação nativa, ou seja a floresta. Isso constitui arcabouço legal único para uma área tão vasta, equivalente à totalidade da União Europeia.

Todo esse esforço, contudo, enfrenta muitos desafios. Desde logo, o logístico. Como fiscalizar uma área da dimensão da União Europeia, desprovida de infraestrutura e com inúmeras riquezas cobiçadas. Ademais, há mais de 20 milhões de brasileiros na região. Brasileiros que tem legítimas expectativas, não apenas de sobreviver, mas de prosperar. A resposta, naturalmente, é encontrar meios sustentáveis de gerar esses recursos. A pobreza é o maior inimigo da sustentabili-

dade. Por essa razão, o Brasil não admite o conceito da sustentabilidade ambiental isolado. Sustentabilidade tem de ser simultaneamente ambiental, econômica e social. A ausência de um dos três elementos inviabiliza os demais. Essa riqueza, contudo, não se originará da coleta de produtos naturais da floresta, como vislumbram muitos românticos. Tampouco virá dos inegáveis benefícios que diversas indústrias retiram da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais das populações nativas da região. Essa proposta se debate há décadas, sem benefício palpável para as populações locais. É necessário um esforço global em que os grandes países emissores reconheçam suas responsabilidades e que se encontrem mecanismos equitativos para solucionar o impasse. Ademais, é importante a produção sustentável de madeira, como nas florestas da América do Norte e da Europa, além de outras atividades sustentáveis. Em suma, a sustentabilidade da sustentabilidade depende da rentabilidade.

Na cúpula dos BRICS em Brasília, o governo brasileiro acaba de reiterar seu apoio ao Acordo Climático de Paris e ao comércio mundial baseado em regras. O Sr. acha que o fato vai reforçar as nossas relações bilaterais?

O Brasil é um país plural e diverso, muito amplo, e com desequilíbrios e desafios significativos. Somos uma simbiose de muitas influências étnicas e culturais. Nossa história nos ensinou a sermos refratários a interferências externas, mas nossa própria essência nos abre para o mundo. A Alemanha tem posição ímpar nesse contexto, por sua presença ampla e diversificada no Brasil, começando pela força da imigração e por sua influência cultural. As relações entre países têm sempre divergências e convergências. Há de se ter presente também a distinção entre questões estruturais e questões tópicas. No caso de Brasil e Alemanha, as convergências são profundas e muito mais relevantes do que as divergências. Além dos valores da liberdade e da democracia, também as afinidades culturais, religiosas e humanistas são predominantes. A visita do Ministro Heiko Maas ao Brasil em abril deste ano ensejou uma nota conjunta com o Chanceler Ernesto Araújo em que essas convergências são mencionadas. Tenho toda confiança no interesse recíproco de reforçar essas convergências e ampliar quantitativa e qualitativamente nosso relacionamento.

Depois de quase um ano na Alemanha, como o Sr. se sente em relação ao país?

Venho de uma casa que sempre valorizou a cultura alemã. Meu avô foi agraciado com a medalha Humboldt, por sua contribuição aos estudos geográficos no Brasil, e meu pai teve ampla interação empresarial e acadêmica com a Alemanha, tendo também sido agraciado, nesse caso com um Doutorado Honoris Causa, pela Johannes-Gutenberg-Universität Mainz. Como mencionei na minha apresentação à Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, a Alemanha é um país com contribuições da mais alta relevância em todas as esferas da manifestação humana. Ademais, ocupa hoje espaço central na União Europeia, não apenas na área econômica e comercial, mas também na política, particularmente em seu compromisso com o processo de integração e valorização da Europa. Acredito que uma Europa forte é bom para o mundo e é bom para o Brasil. O Brasil e a América Latina são parceiros naturais e interessados numa cooperação mais intensa e estreita.